



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA N.º 96/X/4.^a

Aos dois dias do mês de Junho do ano dois mil e nove reuniu, pelas onze horas, na sala sete, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

11H00

1. Audição de Sua Excelência o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, no âmbito da apreciação na generalidade da Proposta de Lei n.º 270/X, que aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social;

15H00 (continuação)

2. Apreciação e votação da Acta n.º 95;
3. Admissibilidade da **Petição n.º 572/X/4.^a** – “Violação reiterada dos direitos laborais dos trabalhadores vigilantes da segurança privada” e nomeação de Deputado Relator (PS);
4. Nomeação de Deputado autor de parecer para as seguintes iniciativas:
 - **Proposta de Lei n.º 282/X (GOV)** - Aprova o regime processual aplicável às contra-ordenações laborais e de Segurança Social;
 - **Proposta de Lei n.º 284/X (GOV)** - Autoriza o Governo a alterar o Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de Novembro;
 - **Proposta de Lei n.º 285/X (GOV)** - Aprova a Regulamentação do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro;
 - **Projecto de Lei n.º 781/X (PS)** - Conselhos de Empresa Europeus;
 - **Projecto de Lei n.º 783/X (PS)** - Acumulação da pensão social por invalidez com rendimentos de trabalho (Alteração ao Decreto-Lei n.º 464/80, de 13 de Outubro - pensão social por invalidez);
 - **Projecto de Lei n.º 786/X (PS)** - Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro;
 - **Projecto de Lei n.º 787/X (PCP)** - Garante o direito à participação política dos trabalhadores da Administração Pública sem perda de direitos;



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

5. Apreciação de Relatórios de Audiências concedidas a:
 - Sindicato dos Operários Corticeiros do Norte;
 - Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas;
 - FENPROF - Federação Nacional dos Professores;
 - Trabalhadores do Instituto Português de Acreditação;
6. Apreciação do Parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 718/X (BE)**, que altera o Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de Dezembro - Complemento Solidário para Idosos - Deputado autor do parecer: Fernando Antunes (PSD);
7. Apreciação do Relatório Final da **Petição n.º 560/X/4.ª** - "Solicitam à Assembleia da República que tome medidas necessárias para que o artigo 51.º da Lei do Orçamento de Estado para 2009 (relativo ao recalculo das pensões) produza efeitos desde a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de Maio" - Deputada Relatora: Lurdes Ruivo (PS);
8. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD a solicitar cópia dos estudos técnicos sobre a Proposta de Lei n.º 270/X (GOV);
9. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP a solicitar audição do Senhor Presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) sobre os dados do desemprego registados e a forma como são tratados;
10. Calendarização das audições a efectuar no âmbito das diversas iniciativas do Governo;
11. Discussão e votação na especialidade do **Projecto de Lei n.º 372/X (PSD)** - Cria o regime especial de protecção de crianças e jovens com doença oncológica;
12. Informações:
 - Deslocação da Delegação Nacional à 98.ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT) - 15 a 17 Junho de 2009;

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alberto Arons de Carvalho (PS), iniciou a reunião agradecendo a presença do Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, bem como dos Senhores Secretários de Estado da Segurança Social e do Emprego e da Formação Profissional Emprego, no âmbito da apreciação na generalidade da Proposta de Lei n.º 270/X, que aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

Sendo a presente reunião gravada em suporte áudio e, nesta medida, estando disponível na página da internet da 11ª Comissão, dispensa-se o seu desenvolvimento nesta sede.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Antes de se iniciar a audição, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) solicitou a palavra para um ponto prévio, onde teceu críticas aos documentos enviados pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social por considerar que estes ficam muito aquém do que se espera esteja na base de uma iniciativa como o Código em apreço. Acrescentou ainda que em presença de uma Nota da Direcção Geral da Segurança Social e um conjunto de quadros sobre contra-ordenações e base de incidência contributiva, apenas se pode solicitar que sejam entregues mais documentos e, em especial, um estudo sobre o impacto financeiro e económico deste Código.

O Senhor Presidente da Comissão deu então a palavra ao Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social para uma intervenção inicial, onde foi apresentada a Proposta de Lei n.º 270/X, nomeadamente, os seus objectivos e os pressupostos em que assenta.

De seguida, iniciou-se uma primeira ronda de pedidos de esclarecimentos, tendo usado da palavra os Senhores Deputados Adão Silva (PSD), Jorge Machado (PCP), Pedro Mota Soares (CDS-PP), Maria José Gamboa (PS) e Mariana Aiveca (BE). O Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social respondeu a cada intervenção, tendo sido auxiliado pelo Senhor Secretário de Estado da Segurança Social, que também tomou a palavra. Na segunda ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Jorge Machado (PCP) e Pedro Mota Soares (CDS-PP), cujos pedidos de esclarecimentos foram respondidos globalmente pelo Senhor Ministro.

Após a conclusão da audição, o Senhor Presidente interrompeu a reunião para almoço, às 14h30, dando conta que os trabalhos seriam retomados às 15h30.

O Senhor Presidente reiniciou a reunião pelas quinze horas e quarenta e cinco minutos, submetendo à votação a Acta número noventa e cinco, que foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do BE.

No segundo ponto da Ordem de Trabalhos, foi admitida por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do BE, a Petição n.º 572/X/4.^a "Violação reiterada dos direitos laborais dos trabalhadores vigilantes da segurança privada" e nomeada relatora a Senhora Deputada Maria de Lurdes Ruivo (PS).



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente lembrou que, na última reunião, o BE tinha declinado a possibilidade de elaborar parecer sobre iniciativas legislativas que baixaram à 11.ª Comissão. Por sua vez, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) disse que tomaria essa decisão na reunião de hoje, razão pela qual foi lhe dada a palavra. O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) confirmou então que usaria da mesma prerrogativa concedida ao BE.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) pediu a palavra para dizer que não se trata de fugir às tarefas nem de declinar responsabilidades mas, atendendo ao ritmo de trabalho do final da sessão legislativa, explicou que o BE não tem disponibilidade para elaborar pareceres das iniciativas legislativas por relatar.

Foram então nomeados autores de parecer das iniciativas legislativas assinaladas os seguintes Senhores Deputados: Arménio Santos (PSD) da Proposta de Lei n.º 282/X (GOV); Adão Silva (PSD) da Proposta de Lei n.º 285/X (GOV); Adão Silva (PSD) do Projecto de Lei n.º 783/X (PS); Miguel Santos (PS) do Projecto de Lei n.º 786/X (PS) e Teresa Morais Sarmiento (PS) do Projecto de Lei n.º 787/X (PCP). A Senhora Deputada Maria José Gamboa disse que indicaria posteriormente o Deputado autor do parecer da Proposta de Lei n.º 284/X (GOV), ficando igualmente por confirmar se o autor do parecer do Projecto de Lei n.º 781/X (PS) seria ou não indicado pelo CDS-PP.

No quarto ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS), na qualidade de coordenadora do Grupo de Trabalho das Audiências, apresentou os relatórios das audiências concedidas ao Sindicato dos Operários Corticeiros do Norte; ao Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas; à FENPROF (Federação Nacional dos Professores) e a Trabalhadores do Instituto Português de Acreditação.

No quinto ponto da Ordem de Trabalhos, em virtude de o Senhor Deputado Fernando Antunes (PSD) estar impossibilitado de comparecer à reunião, o Senhor Deputado Adão Silva (PSD) apresentou, em substituição, o parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 718/X (BE), que altera o Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de Dezembro – Complemento Solidário para Idosos. Submetidas à votação as partes I (Considerandos) e III (Conclusões) foram as mesmas aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No sexto ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Maria de Lurdes Ruivo (PS) apresentou o relatório final da Petição n.º 560/X/4.^a, da iniciativa da CGTP-IN e Outros, na qual solicitam à Assembleia da República que tome medidas necessárias para que o artigo 51.º da Lei do Orçamento do Estado para 2009 (relativo ao recálculo das pensões) produza efeitos desde a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de Maio, cujo parecer é no seguinte sentido: *“Deve a Petição n.º 560/X/4.^a, acompanhada do presente relatório, ser remetida ao Senhor Presidente da Assembleia da República, para efeitos de agendamento da sua apreciação em plenário, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º, da alínea a) do n.º 1 e do n.º 2, ambos do artigo 24.º do Regime Jurídico do Exercício do Direito de Petição, aprovado pela Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto (com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 6/93, de 1 de Março, 15/2003, de 4 de Junho e 45/2007, de 24 de Agosto).”*

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) interveio para dizer que a matéria em causa era muito importante e que o PCP estava em total concordância com o teor da petição.

O Senhor Presidente colocou então à votação o relatório final da petição, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

De seguida, apelou para que os Deputados relatores concluíssem, o mais breve possível, as petições pendentes, reafirmando indicações dadas pelo Senhor Presidente da Assembleia na Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares.

No sétimo ponto da Ordem de Trabalhos, foi apreciado um requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD a solicitar ao Governo cópia dos estudos técnicos sobre a Proposta de Lei n.º 270/X (GOV). Usou da palavra o Senhor Deputado Adão Silva (PSD) que começou por dizer que poderia parecer que o objecto daquele requerimento estava em parte ultrapassado depois da reunião da parte da manhã com a presença do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social. Porém, constatou que há um conjunto de informações que o Senhor Ministro poderia ter remetido à Comissão e de que os Deputados gostariam de dispor. Daí que, numa lógica de pugnar para que os Deputados tenham a máxima informação possível, deveriam os referidos estudos ser solicitados e facultados à Comissão.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) disse que nada tinha a opor ao reforço do pedido e reafirmou a ideia de que a solicitação dos estudos, documentos e pareceres que tenham fundamentado as diversas propostas de lei que o Governo apresenta à Assembleia da República deve ser assumida de forma rotineira pela Comissão, independentemente da existência ou não de um qualquer requerimento.

Por seu lado, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) considerou que aquele requerimento tinha todo o cabimento por os elementos enviados pelo Executivo não corresponderem ao solicitado.

Submetido à votação, foi o requerimento apresentado pelo PSD aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) apresentou sucintamente o requerimento apresentado pelo seu Grupo Parlamentar a solicitar a audição na Comissão do Presidente do IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), que até já prestou declarações públicas, sobre os dados do desemprego registados pelo Instituto e a forma como são tratados, tendo presente que, mensalmente, se verifica a eliminação de milhares de ficheiros.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) lembrou que aquela matéria já tinha sido amplamente discutida na audição que, no passado dia 19 de Maio, teve lugar naquela Comissão com a presença do Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social e adiantou que o PS nada tem a opor que, por escrito, seja questionado sobre aquela matéria o Senhor Presidente do IEFP.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) replicou que a pergunta por escrito não resolvia o problema e que, se assim fosse, o PCP já a teria feito.

Submetido à votação, foi o requerimento apresentado pelo PCP rejeitado, com votos contra do PS e votos a favor do PSD e do PCP.

No nono ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente informou da necessidade de reunir, a partir daquele momento, não só às terças-feiras de tarde como às quartas-feiras de manhã.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Passando ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, foi solicitado pelo PSD, e aceite por consenso, o adiamento por uma semana da discussão e votação na especialidade do Texto Final do Projecto de Lei n.º 372/X (PSD) – Cria o regime especial de protecção de crianças e jovens com doença oncológica.

Por último, o Senhor Presidente informou que, entre os dias 15 a 17 de Junho, uma delegação parlamentar integrada pelos Senhores Deputados João Bernardo e Teresa Morais Sarmiento do PS; Adão Silva e Arménio Santos do PSD e Pedro Mota Soares do CDS-PP, se deslocaria a Genebra, integrada na delegação do Governo, à 98.ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião às dezasseis horas e trinta minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 9 de Junho de 2009.

O PRESIDENTE,

Alberto Arons de Carvalho



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Alberto Arons de Carvalho
Arménio Santos
Custódia Fernandes
Esmeralda Salero Ramires
Isabel Coutinho
Isabel Santos
Jorge Machado
Maria Cidália Faustino
Maria José Gamboa
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Miguel Queiroz
Miguel Santos
Pedro Mota Soares
Pedro Quartin Graça
João Bernardo
Maria de Lurdes Ruivo
Teresa Moraes Sarmento

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Costa Amorim
Helena Oliveira
Jorge Strecht